



**Processo nº** 11080.904026/2012-44  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** **1401-005.952 – 1<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 4<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária**  
**Sessão de** 19 de outubro de 2021  
**Recorrente** WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Ano-calendário: 2009

PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. CRÉDITO. LIQUIDEZ E CERTEZA. AUSÊNCIA.

Compete ao contribuinte o ônus da prova do fato constitutivo do seu direito, cabendo a este demonstrar, mediante documentos, a liquidez e a certeza do crédito. Uma vez não comprovada a sua pretensão, não se reconhece o crédito pleiteado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso voluntário.

(assinado digitalmente)

Luiz Augusto de Souza Gonçalves – Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Cláudio de Andrade Camerano, Daniel Ribeiro Silva, Carlos André Soares Nogueira, André Severo Chaves, Itamar Artur Magalhães Alves Ruga, André Luis Ulrich Pinto, Lucas Issa Halah e Luiz Augusto de Souza Gonçalves (Presidente).

## Relatório

Trata o presente processo de Pedido de Restituição/Compensação (v. e-fls. 183/187) tendo por objeto crédito de pagamento a maior/indevido de IRRF, código de receita 1708, no valor original na data de transmissão de R\$6.782,31. O despacho decisório de e-fls. 179/181 indeferiu o pedido de restituição/compensação sob o fundamento de que o DARF discriminado no PER/DCOMP fora integralmente utilizado para a quitação de débitos da Contribuinte, não restando crédito disponível para a compensação dos débitos informados no respectivo pedido.

Abaixo reproduzo a Fundamentação, Decisão e o Enquadramento Legal do referido despacho decisório:

3-FUNDAMENTAÇÃO, DECISÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL																															
A análise do direito creditório está limitada ao valor do "crédito original na data de transmissão" informado no PER/DCOMP, correspondendo a 6.782,12. A partir das características do DARF discriminado no PER/DCOMP acima identificado, foram localizados um ou mais pagamentos, abaixo relacionados, mas integralmente utilizados para quitação de débitos do contribuinte, não restando crédito disponível para compensação dos débitos informados no PER/DCOMP.																															
<b>Características do DARF discriminado no PER/DCOMP</b> <table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <th>PERÍODO DE APURAÇÃO</th> <th>CÓDIGO DE RECEITA</th> <th>VALOR TOTAL DO DARF</th> <th>DATA DE ARRECADAÇÃO</th> </tr> <tr> <td>31/10/2009</td> <td>1708</td> <td>216.846,63</td> <td>20/11/2009</td> </tr> </table>				PERÍODO DE APURAÇÃO	CÓDIGO DE RECEITA	VALOR TOTAL DO DARF	DATA DE ARRECADAÇÃO	31/10/2009	1708	216.846,63	20/11/2009																				
PERÍODO DE APURAÇÃO	CÓDIGO DE RECEITA	VALOR TOTAL DO DARF	DATA DE ARRECADAÇÃO																												
31/10/2009	1708	216.846,63	20/11/2009																												
<b>UTILIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS ENCONTRADOS PARA O DARF DISCRIMINADO NO PER/DCOMP</b> <table border="1" style="width: 100%;"> <thead> <tr> <th>NÚMERO DO PAGAMENTO</th> <th>VALOR ORIGINAL TOTAL</th> <th>PROCESSO(PR)/ PERDCOMP(PD)/ DÉBITO(DB)</th> <th>VALOR ORIGINAL UTILIZADO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>4227363582</td> <td>216.846,63</td> <td>Db: cód 1708 PA 31/10/2009</td> <td>216.846,63</td> </tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr> <td align="center" colspan="2"><b>VALOR TOTAL</b></td> <td></td> <td><b>216.846,63</b></td> </tr> </tbody> </table>				NÚMERO DO PAGAMENTO	VALOR ORIGINAL TOTAL	PROCESSO(PR)/ PERDCOMP(PD)/ DÉBITO(DB)	VALOR ORIGINAL UTILIZADO	4227363582	216.846,63	Db: cód 1708 PA 31/10/2009	216.846,63																	<b>VALOR TOTAL</b>			<b>216.846,63</b>
NÚMERO DO PAGAMENTO	VALOR ORIGINAL TOTAL	PROCESSO(PR)/ PERDCOMP(PD)/ DÉBITO(DB)	VALOR ORIGINAL UTILIZADO																												
4227363582	216.846,63	Db: cód 1708 PA 31/10/2009	216.846,63																												
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>216.846,63</b>																												
Diante da inexistência do crédito, NÃO HOMOLOGO a compensação declarada. Valor devedor consolidado, correspondente aos débitos indevidamente compensados, para pagamento até 30/04/2012.																															
<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <th>PRINCIPAL</th> <th>MULTA</th> <th>JUROS</th> </tr> <tr> <td>6.850,13</td> <td>1.370,02</td> <td>1.635,12</td> </tr> </table>				PRINCIPAL	MULTA	JUROS	6.850,13	1.370,02	1.635,12																						
PRINCIPAL	MULTA	JUROS																													
6.850,13	1.370,02	1.635,12																													
<small>Para verificação de valores devedores e emissão de DARF, consultar o endereço www.receita.fazenda.gov.br, menu "Onde Encontro", opção "PERDCOMP", item "PER/DCOMP - Despacho Decisório".</small> <small>Enquadramento legal: Arts. 165 e 170, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN). Art. 74 da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996.</small>																															

Cientificada do indeferimento do seu pedido, a Contribuinte apresentou a manifestação de inconformidade de e-fls. 02/13, na qual alega, em apertada síntese, que teria havido erro no preenchimento da DCTF; todavia, já teria providenciado sua retificação, acertando os valores devidos para sanar o equívoco cometido (v. e-fls. 147/176).

Recebida a manifestação de inconformidade, o processo foi encaminhado à Delegacia da Receita Federal de Julgamento de São Paulo, que proferiu Acórdão nº 16-90.185 – 5<sup>a</sup> Turma, negando provimento à petição da Contribuinte.

Concluiu a Autoridade Julgadora *a quo* que a interessada não teria trazido ao processo a comprovação da existência do direito creditório alegado, não juntando à sua manifestação de inconformidade documentação hábil que corroborasse o alegado. Assentou, ainda, que após a análise da DIRF apresentada para o referido período de apuração, verificou que os valores declarados na DCTF original também o foram na respectiva Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte.

Não se conformando com a decisão proferida pela DRJ, a Recorrente apresentou recurso voluntário, através do qual apresenta os seguintes argumentos:

- 1) Que teria esclarecido que os valores informados na DCTF original teriam sido corrigidos na DCTF retificadora, não podendo um simples erro formal, já sanado, atingir o direito material ao seu crédito;
- 2) Nesse sentido, por determinação da verdade material, aliada ao princípio da ampla defesa, devem ser consideradas todas as provas e fatos novos, inclusive aqueles apresentados posteriormente à prolação do despacho decisório, evitando, dessa forma o enriquecimento ilícito da União;

Afinal vieram os autos para este Conselheiro relatar e votar.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Luiz Augusto de Souza Gonçalves, Relator.

O recurso é tempestivo e preenche os demais pressupostos de admissibilidade, razão pela qual dele tomo conhecimento.

A Recorrente alega ter direito à restituição de pagamento a maior relativo ao IRRF. Informa que efetuou a retificação da DCTF do respectivo período, espelhando o valor que seria o correto, entretanto a referida entrega teria se dado após a ciência do despacho decisório. Se escora no princípio da verdade material, aliado ao princípio da ampla defesa, para reafirmar a suficiência da DCTF retificadora para comprovar o seu direito, evitando, dessa forma o enriquecimento ilícito da União.

A DRJ/SPO negou provimento à manifestação de inconformidade haja vista ter considerado insuficiente o conjunto probatório juntado aos autos pela Recorrente, restando caracterizada a ausência de liquidez e certeza do crédito requerido.

Também restou assentado na decisão recorrida que a simples retificação da DCTF não seria suficiente para comprovar o direito alegado. Além do mais, em confronto com a DIRF apresentada pela Recorrente, verificou que os valores declarados nesta são idênticos aos informados na própria DCTF original.

Ao analisar os documentos juntados aos autos, verifico que permanece latente a mesma carência identificada pela Autoridade Julgadora *a quo* em relação à liquidez e certeza do crédito objeto do presente pedido. O acórdão recorrido foi absolutamente claro e taxativo ao estabelecer o caminho que deveria ter sido seguido pela Contribuinte para comprovar o seu direito, conforme excerto do acórdão recorrido abaixo reproduzido (v. e-fls. 199):

**Cumpre observar, ainda, que a DCTF retificadora** que tenha por objeto alterar os débitos relativos a tributos e contribuições entregue após o início de qualquer procedimento fiscal, como no presente caso (a DCTF retificadora foi entregue em 15/05/2012, fl. 148, após a ciência do Despacho Decisório), **somente pode ser aceita no âmbito do contencioso administrativo fiscal se guardar consonância com o conteúdo das outras declarações prestadas pelo contribuinte à RFB (no caso concreto, a retificação da DCTF somente pode ser aceita caso guarde consonância com as informações prestadas em DIRF).** Lembre-se, em adição, que tal retificação ainda deve ser restar acompanhada de elementos de prova bastantes para confirmar a efetiva ocorrência do equívoco objeto da retificação, na esteira da norma veiculada no art. 147, §1º, do CTN, e item 13.1 do Parecer Normativo COSIT nº. 2/2015, a seguir transrito:

Ao contrário do que sugere o recurso voluntário, a decisão recorrida não indeferiu a manifestação de inconformidade pelo fato de a DCTF retificadora ter sido entregue após o despacho decisório. Tanto é assim que a Autoridade Julgadora foi além do seu dever de buscar a verdade material ao promover o confronto dos valores declarados nas DCTFs original e retificadora com aqueles informados na DIRF.

Assim, considerando que nenhuma prova foi trazida aos autos, mesmo após a clara advertência lançada pela decisão recorrida da necessidade de sua apresentação, adoto como minhas as razões constantes do acórdão recorrido para negar provimento ao pedido de restituição/compensação em discussão.

Por todo o exposto, voto por negar provimento ao recurso voluntário.

*(assinado digitalmente)*

Luiz Augusto de Souza Gonçalves